

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO 3537/2020.

1. DO OBJETO

1.1 - Contratação, sob demanda, de empresa especializada no fornecimento continuado de oxigênio medicinal domiciliar, equipamentos e acessórios, a fim de atender a demanda da Subsecretaria da Atenção Básica, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas no Projeto Básico anexado aos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2 - **Requisitantes:** Subsecretaria de Atenção Básica;

Programa Melhor em Casa.

1.3 - **Fundamentação legal:** Pregão Eletrônico Via Registro de Preços, com base na Lei nº 10520/02 c/c Lei nº. 8666/93.

1.4 - **Período:** 12 (doze) meses.

1.5 - **Tipo:** Menor preço global, nos termos da Lei nº. 8666/93.

2. DO QUANTITATIVO

2.1 - A tabela abaixo descreve detalhadamente o serviço objeto deste Termo de Referências.

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	U/C	QUANT.
1	CILINDRO COM OXIGÊNIO MEDICINAL 10M ³ + KIT COM VÁLVULAS ECONOMIZADORAS	M ³ /ANO	62.000
2	CILINDRO COM OXIGÊNIO GASOSO MEDICINAL PORTÁTIL 1L + MOCHILA	M ³ /ANO	3.500
3	CILINDRO COM OXIGÊNIO MEDICINAL 3,5M ³ + KIT COM VÁLVULAS ECONOMIZADORAS	M ³ /ANO	3.500
4	LOCAÇÃO DE CONCENTRADOS PORTÁTIL DE OXIGÊNIO MEDICINAL 110/220V DE 0,5 A 6L E 7 A 10L/MIN - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OXIGENIOTERAPIA MEDICINAL E CONCENTRADORES DE OXIGÊNIO NOS DOMÍLIOS DOS PACIENTES RESIDENTES NO MUNICÍPIO PARA USO NO PROGRAMA DE OXIGENIOTERAPIA DOMICILIAR, ATRAVÉS DA SMS, COMPOSTO POR: CONCENTRADORES OXIGÊNIO COM	UNID.	360

	CILINDROS DE CAPACIDADE INDIVIDUAL DE NO MÍNIMO 1 M ³ , A SEREM MANTIDOS COMO RESERVA SEGURANÇA JUNTO A CADA CONCENTRADOR O QUAL DEVERÁ POSSUIR CARRINHO.		
5	LOCAÇÃO DE CONCENTRADOS CONVENCIONAL DE OXIGÊNIO MEDICINAL 110/220V DE 0,5 A 6L E 7 A 10L/MIN - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OXIGENIOTERAPIA MEDICINAL E CONCENTRADORES DE OXIGÊNIO NOS DOMICÍLIOS DOS PACIENTES RESIDENTES NO MUNICÍPIO PARA USO NO PROGRAMA DE OXIGENIOTERAPIA DOMICILIAR, ATRAVÉS DA SMS, COMPOSTO POR: CONCENTRADORES OXIGÊNIO COM CILINDROS DE CAPACIDADE INDIVIDUAL DE NO MÍNIMO 1 M ³ , A SEREM MANTIDOS COMO RESERVA SEGURANÇA JUNTO A CADA CONCENTRADOR O QUAL DEVERÁ POSSUIR CARRINHO.	UNID.	240
6	LOCAÇÃO DE UMIDIFICADOR PARA CILINDRO	UNID.	1.200
7	LOCAÇÃO DE UMIDIFICADOR PARA BIPAP/CPAP	UNID.	360
8	FILTRO PARA BIPAP/CPAP	UNID.	360
9	LOCAÇÃO DE BIPAP 110/220V (BIBOLT) MODOS: CPAP FIXO, BIPAP S/ST/T, PC INTERVALO DE PRESSÃO: IPAP DE 4 A 30 CM H ₂ O EPAP DE 4 A 25 CM H ₂ O CPAP DE 4 A 20 CM H ₂ O. VENTILAÇÃO HÍBRIDA - AVAPS: SIM - VOLUME CORRENTE ALVO: 200 A 1.500 ML. AJUSTE DE FR: 0 A 30 RPM. AJUSTE DE TEMPO INSPIRATÓRIO: 0,5 A 3 SEGUNDOS. TEMPO DE ELEVAÇÃO: 1 (100 MS) A 3 (300 MS). AJUSTE DE SENSIBILIDADE: AUTO-TRAK. ALÍVIO DE PRESSÃO: DESATIVADO OI BI-FLEX (SOMENTE EM MODO S) - 3 NÍVEIS DE CONFORTO: 1 (LEVE), 2 (MODERADO) OU 3 (ALTO). AJUSTE DE ALARME: DESCONEXÃO APNÉIA BAIXO VOLUME MINUTO BAIXO VOLUME CORRENTE. MONITORIZAÇÃO: PRESSÃO VOLUME CORRENTE VOLUME MINUTO VAZAMENTO. FR RAMPA: TEMPO DE RAMPA: SIM 0 A 45 MIN (INCREMENTOS DE 5 MIN). PRESSÃO DE INÍCIO DE RAMPA: 4 OU AJUSTÁVEL AO PACIENTE. DIMENSÕES: 18 CM C X 14 CM L X 10 CM A. PESO: 1.36 KG (SEM O UMIDIFICADOR). FILTROS: ESPUMA E ULTRAFINO OPCIONAL. CONFIGURAÇÃO DO DISPOSITIVO: LCD/BOTÃO DE PRESSÃO. CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DE DADOS (MÍNIMA): MÉDIAS DE 1,7 E 30 DIAS CARTÃO SD: > 1 ANO INTEGRADO: ATÉ 6 MESES. GERENCIAMENTO DE DADOS: SOFTWARE ENCORE PRO 2 COMPATÍVEL COM OXIMETRIA DE PULSO CONECTIVIDADE COM POLISSONÍGRAFOS. MEDIDOR DE ADESÃO: DETECÇÃO DE CICLOS RESPIRATÓRIOS. DETECÇÃO AVANÇADA DE EVENTOS: SIM - AO, HO, LF, RV, AC, RCS, RERA, VAZAMENTO. BATERIA OPÇÃO DE BATERIA	UNID.	360

	EXTERNA - BATTERY PACK. COMPENSAÇÃO DE ALTITUDE: AUTOMÁTICO. REQUISITOS ELÉTRICOS: 100 - 240 VCA, 50/60 Hz + KIT MÁSCARA COMPATÍVEL (NASAL, OROFACIAL, FACIAL TOTAL) ADULTO E INFANTIL.		
10	LOCAÇÃO CPAP 110/220 (BIVOLT) AUTOMÁTICO, CPAP COM CONFORTO, CPAP E CPAP-CHECK. FUNÇÕES: AUTO-TRIAL, OPTI-START. FLEX: 0 A 3. INTERVALO DE PRESSÕES: 4 A 20 CM H ₂ O. TEMPO DE SMART RAMP: 0 A 45 MINUTOS (INCREMENTOS DE 5 MINUTOS). PRESSÃO DE INÍCIO DA RAMPA: INICIA EM 4 CM DE H ₂ O (AJUSTÁVEL PELO PACIENTE). UMIDIFICAÇÃO: UMIDIFICAÇÃO AQUECIDA, ADAPTATIVA, TUBO AQUECIDO (OPCIONAL). BOTÕES DE CONTROLE: LCD COLORIDO/BOTÃO ROTATIVO DE SELEÇÃO. FILTROS: REUTILIZÁVEIS E ULTRAFINOS DESCARTÁVEIS. ARMAZENAMENTO DE DADOS: APRESENTA ADESÃO MÉDIA DE 1 DIA; 7 DIAS; 30 DIAS, CARTÃO SD > 1 ANO, MEMÓRIA INTERNA: ATÉ 6 MESES. COMPENSAÇÃO DE ALTITUDE: AUTOMÁTICA. DIMENSÕES: 18,0 (COMP) X 14,0 (LARG) X 10,0 CM (ALT) (SEM UMIDIFICADOR), 29,7 (COMP) X 19,3 (LARG) X 8,4 CM (ALT) (COM UMIDIFICADOR). PESO: 1,36 KG (SEM UMIDIFICADOR). FONTE: 80W/12V/6,67 A. REQUISITOS ELÉTRICOS: 100-240VAC, 50/60 Hz, 2.0 - 1.0A. KIT MÁSCARA COMPATÍVEL (NASAL, OROFACIAL, FACIAL TOTAL) ADULTO E INFANTIL.	UNID.	360
11	CATETER OXIGÊNIO EM SILICONE TIPO ÓCULOS	UNID.	3.600
12	EXTENSOR EM, SILICONE 7 MTS, PARA CATETER DE OXIGÊNIO TIPO ÓCULOS	UNID.	3.600
13	KIT MACRONEBULIZADOR COM MANGUEIRA (TRAQUEIA) E MÁSCARA HUDSON ADULTO E INFANTIL.	UNID.	120

3. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1 - Atendimento aos usuários da Rede Municipal de Saúde de Nova Friburgo, tendo como escopo as Portarias 2029/2011, 963/2013, ambas do Ministério da Saúde, que instituem a Atenção Domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

3.2 - O serviço de Oxigenoterapia Domiciliar Prolongada é uma condição especial do Programa Melhor em Casa, de caráter essencial e ininterrupto, regulado pela Portaria MS nº 825 de 26 de abril de 2016, eventual complementação aos recursos financeiros repassados pelo Ministério da Saúde para o custeio das ações do SAD, é de

responsabilidade conjunta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em conformidade com a pactuação estabelecida na respectiva CIB e, se houver, na CIR.

3.3 - O Programa atende pacientes de diversos níveis de complexidade onde as principais patologias atendidas pelo serviço são: Doença pulmonar obstrutiva crônica, Neoplasias em fase terminal, doenças musculares progressivas, Neuropatas crônicos, Apnéia do Sono entre outras.

3.4 - O quantitativo foi baseado no perfil dos usuários atendidos no Programa e os que aguardam em filas de espera para serem inseridos. Foi estimado um quantitativo mensal que vem sendo adquirido via Licitação (Ata de Registro de Preços) Processo nº 233310/2019 com término de vigência em 18 de setembro de 2020.

3.5 - Ademais, vale ressaltar que todos os pedidos médicos atendidos pelo Programa Melhor em Casa são baseados no protocolo Municipal do serviço de Oxigenoterapia Domiciliar Prolongada aprovado no CMSNF e no Manual de Atenção Domiciliar do Ministério da Saúde. Os pedidos são avaliados pela equipe multidisciplinar e só é solicitada a empresa ganhadora do certame, o que realmente for necessário ao atendimento dos usuários.

3.6 - Tal contratação irá suprir a demanda do município de Nova Friburgo pelo período de 12 (doze) meses.

4. DA FORMA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 - Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

4.1.1 - Período de 12 (doze) meses, atendendo ao quantitativo definido conforme o descrito neste Termo de Referência.

4.1.2 - Os serviços de ODP serão autorizados por uma das Unidades Básicas de Saúde do município, que providenciarão o cadastro do paciente no Banco de Dados de ODP.

4.1.3 - Pacientes não acompanhados nos serviços municipais de ODP poderão recebê-los na SMS, mediante cumprimento das exigências previstas no Projeto Básico.

4.1.4 - Nestes casos, a empresa deverá comparecer na residência do paciente para avaliar a viabilidade técnica/operacional da fonte de oxigênio a ele

indicada, bem como a estrutura residencial, para a adequação das condições de atendimento e os recursos a serem utilizados.

4.1.5 - Após validar a fonte de oxigênio indicada pelo médico, a empresa deverá implementar os serviços e fornecer as orientações aos pacientes e familiares acerca da fonte de oxigênio e seu manuseio.

4.1.6 Os procedimentos previstos neste Termo de Referência, não deverão ultrapassar 48 horas e deverão ser realizados no horário de 07h:00min às 19h:00min. Ademais, nesta fase, a empresa deverá preencher, em 02 vias, o Relatório de Implantação de Oxigenoterapia Domiciliar (anexo 03 do Projeto Básico), encaminhando uma das vias para a unidade de referência e coordenação.

4.1.7 - Após a coordenação do serviço, validar o relatório apresentado pela empresa, autorizando a execução do serviço. Deverá encaminhar à coordenação do serviço, unidade de referência e para a UBS de origem o Termo de Responsabilidade (anexo IV do Projeto Básico), assinado em 03 vias pelo paciente ou seu responsável.

4.1.8 - Caso haja divergência entre as fontes de oxigênio recomendadas, a unidade de referência especializada e a empresa deverão, em comum acordo, disponibilizar ao paciente a fonte de oxigênio que considerarem mais adequada.

4.1.9 - Mensalmente, a empresa deverá visitar o paciente, preencher o Relatório de Monitoramento Mensal, e encaminhá-lo à unidade de referência e à UBS solicitante, com cópia para a coordenação do serviço.

4.1.10 - Ainda mensalmente, a empresa deverá enviar à unidade de referência, com cópia para a Coordenadoria, por meio eletrônico, o relatório de pacientes atendidos, bem como as respectivas fontes de oxigênio recebidas.

5. DOS MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

5.1 - Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada disponibilizará os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no subitem 2.1 deste Termo de Referência, promovendo sua substituição quando necessário.

5.2 - A Contratada deverá garantir a não paralisação dos serviços contratados por motivos de falta de insumos/equipamentos, transporte ou recursos humanos.

6. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 - A execução dos serviços será iniciada imediatamente após a assinatura do instrumento Contratual.

6.2 - Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

6.3 - A aceitação provisória ou definitiva dos serviços não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 - As despesas decorrentes da prestação dos serviços do presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

7.1.1 Elemento de despesa – 33.90.39.62

7.1.2 Fonte de recurso 07 – SUS

7.1.3 Programa (s) de Trabalho(s): 30001.10.302.0087.2.316 /
30001.10.302.0087.2.325

7.2 - As notas fiscais de serviço deverão ser emitidas em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ 11.399.442/0001-79, AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-000.

8. DA LIQUIDAÇÃO

8.1 - A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência.

9. DO PAGAMENTO

9.1 - O pagamento será efetuado conforme estabelece o decreto nº 258 de 27 de Setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

9.1.1 - Negativa de Débitos Trabalhistas

9.1.2 - Previdenciária

9.1.3 - FGTS

9.1.4 - Fazenda

9.1.5 - Municipal

9.1.6 - Estadual

9.2 - A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que o Contratante possa efetuar o pagamento do valor devido.

9.3 - Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

9.4 - A empresa deverá encaminhar mensalmente, anexado à Nota Fiscal de Serviço ou fatura, o relatório de todos os serviços prestados, devidamente especificados e comprovados.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 - Caberá à Contratante:

10.1.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.1.2 - Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando, em registro próprio, as falhas detectadas, com indicação do dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.1.3 - Comunicar à Contratada, por escrito, sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

10.1.4 - Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente à prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

10.1.5 - Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela Contratada.

10.2 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 - Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo.

11.2 - Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo, como exclusivamente seus riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

11.3 - Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

11.4 - Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 horas de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.5 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.6 - Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.7 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.8 - Responsabilizar-se por quaisquer danos causados por seus empregados ao patrimônio da Contratante ou de terceiros, advindos de imperícia, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços, ainda que de forma involuntária, devendo adotar, dentro de 48 horas, as providências determinadas pela Contratante, necessárias ao ressarcimento ou à reposição, conforme o caso, sem prejuízo das demais sanções. Não cabe à Contratante qualquer responsabilidade por atos de negligência dos empregados da Contratada durante o horário de trabalho;

11.9 - Substituir, os materiais e equipamentos considerados inadequados;

11.10 - Registrar a entrada e identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Contratante;

11.11 - Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.12 - Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

11.13 - Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, quando for o caso;

11.14 - Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

11.15 - Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e à prevenção de acidentes;

11.16 - Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

11.17 - Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

11.18 - Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

11.19 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.20 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

11.21 - Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

11.22 - Executar os serviços com estrita observância da metodologia, organização, tecnologia e recursos materiais por ela propostos;

11.23 - Não paralisar a prestação dos serviços, por quaisquer motivos, sem aviso prévio de 15 (quinze) dias à Contratante.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

13. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1 - É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

14.1 - O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

14.2 - Para o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato decorrente da presente licitação, fica designado(a) o(a) agente público(a) abaixo informado(a):

Gestores:

MONARA TAVARES DA SILVA CUNHA - Mat. 200.0263 - Gestora Titular.

FRANÇOISE TARDIN G. R. DE LEMOS - Mat. 200.0808 – Gestora Substituta.

Fiscais:

Subsecretaria de Atenção Básica:

VIVIANE NUNES LOPES DE OLIVEIRA MEDEIROS – Mat.: 207.436 – Fiscal Titular.

FRANCINERI PINHEIRO DE ALMEIDA – Mat.: 299.239 – Fiscal Substituto.

Melhor em Casa:

MARISTELA TIELLET – Mat.: 299.248 – Fiscal Titular.

ANA CAROLINA FOLLY PINHEIRO – Mat.: 211.5226 – Fiscal Substituto.

14.3 - O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.4 - A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

14.5 - O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.6 - A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.7 - O fiscal designado pela Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.8 - O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.9 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

15.1 - O presente documento foi elaborado em conjunto com o responsável técnico do setor requisitante, que se responsabiliza por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

16.1.1 - não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

16.1.2 - não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

16.1.3 - apresentar documentação falsa;

16.1.4 - deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

16.1.5 - ensejar o retardamento da execução do objeto;

16.1.6 - não mantiver a proposta;

16.1.7 - cometer fraude fiscal;

16.1.8 - comportar-se de modo inidôneo;

16.2 - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

16.3 - O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

16.3.1 - Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

16.3.2 - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

16.3.3 - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de até dois anos;

16.3.4 - Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

16.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

16.5 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

16.6 - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

16.7 - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.8 - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.9 - Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.10 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16.11 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena,

bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.12 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17. DA RESCISÃO

17.1 - O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo, o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.

17.2 - Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei nº. 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão do contrato:

17.2.1 - Atraso injustificado na prestação dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação a Secretaria Municipal de Saúde.

17.2.2 - O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Saúde.

17.2.3 - Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº. 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.